

Comentário I: Organizando tantas formas e tanta beleza¹

Comment I:

Arranging so many shapes and so much beauty

<https://doi.org/10.1590/1982-02672021v29e37>

MANUELINA MARIA DUARTE CÂNDIDO²

<https://orcid.org/0000-0001-9695-3807>

Universidade de Liège / Liège, Bélgica

O projeto “Coletar, identificar, processar, difundir: o ciclo curatorial e a produção de conhecimento”, ao reunir docentes dos quatro museus estatutários da Universidade de São Paulo (USP) – Museu de Arte Contemporânea, Museu Paulista, Museu de Arqueologia e Etnologia e Museu de Zoologia – debruça-se sobre uma questão da mais alta relevância para os museus, notadamente os universitários: o processo curatorial. O desafio consistirá em encontrar pontos comuns ao ciclo curatorial em tipologias tão distintas de museus e, ao mesmo tempo, dar espaço para a reflexão sobre as especificidades e demandas de cada categoria. Profissionais desses museus dedicam-se há muito tempo a esse esforço de construção conjunta, que gerou inúmeras edições da Semana de Museus da USP, além do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia. Dessa forma, ao tomar a diversidade institucional e dos acervos como laboratório, profissionais de museus da USP permitem que a Museologia avance em sua busca de formulações gerais que sirvam a todos os museus e a nenhum outro tipo de instituição, que seriam requisitos para sua afirmação como campo científico autônomo.³

1. Este título faz referência à expressão “*endless forms most beautiful*” (“infinitas formas de grande beleza”) utilizada por Charles Darwin em *On the Origin of Species* (1859), livro ao qual tive acesso por meio da tese de Soler (2019, p. 13).

2. Licenciada em História pela Universidade Estadual do Ceará, especialista em Museologia e mestra em Arqueologia pela Universidade de São Paulo, doutora em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Realizou estágio pós-doutoral em Museologia com supervisão do professor François Mairesse, na Universidade Paris III, Sorbonne Nouvelle (França). É professora adjunta da Universidade Federal de Goiás – bacharelado em Museologia (licenciada) e Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Professora convidada de Museologia na Universidade de Würzburg, Alemanha, e da Universidade d’Artois, França. Professora e chefe do Serviço de Museologia da Universidade de Liège (Bélgica), onde ministra disciplinas na graduação e na pós-graduação, orienta

teses, dissertações e estágios. Como parte de suas atribuições, coordena o Embarcadere du Savoir, rede de museus de ciências que pertencem à Universidade de Liège. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa Museologia e Interdisciplinaridade (Geminter).
E-mail: <manuelin@uol.com.br>

3. Cf. Hernández-Hernández (2006).

4. Soler, op. cit., p. 3.

5. García Canclini (2000, p. 19).

6. Cf. Kunzler, Duarte Cândido e Musmanno (2014), Duarte Cândido (2009), entre outros.

7. Brandão et al. (2021, p. 4).

8. Bruno (2008, p. 19).

A própria literatura científica demonstra abordagens muito irregulares entre uma tipologia e outra de museu. Soler afirma que, “quando comparados com a produção científica sobre museus de Arte, História e Antropologia, ainda é marginal a investigação realizada sobre museus e coleções de História Natural”.⁴

Assim, a iniciativa de promover um diálogo para além das fronteiras disciplinares é muito louvável e, em vista disso, aceitei comentar o texto “Princípios para a curadoria técnica do acervo entomológico do Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo”, de Carlos Roberto Ferreira Brandão, Kelli dos Santos Ramos, Mônica Antunes Ulysséa, Alvaro Doria dos Santos e Tamires de Oliveira Andrade.

Para tanto, apoio-me na ideia de ciências nômades, de Néstor García Canclini,⁵ que estimula o trânsito de conhecimentos horizontalmente entre diferentes áreas, algo muito caro ao universo da Museologia.⁶ Também assumo que toda ciência é humana e situada, e que todo acervo é cultural.

O artigo discute, a partir das práticas curatoriais da seção de Entomologia do Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo (MZ-USP), questões que podem ser estendidas para museus de história natural como um todo e mesmo para outros tipos de museus. É nesse sentido que ele me interessa sobremaneira. O artigo demonstra algo que já é de conhecimento corrente na área: as pesquisadoras e os pesquisadores do campo da história natural desenvolveram seus próprios métodos de preparação, identificação e conservação de material biológico, que foram aperfeiçoados ao longo de muitas gerações e que, além de auxiliar profissionais do campo da Museologia que se veem às voltas com essa tipologia de museus, ajudam aqueles que lidam lidando com acervos de outra natureza, por exemplo a arte contemporânea, ao permitir que recorram a esse tipo de expertise. Por outro lado, sua noção de curadoria resta ancorada nas atividades de “coleta, preservação, catalogação do material científico, decisões para o bom manejo das coleções, avaliação das necessidades e condições de empréstimo do material, doações e permutas, e toda a política prática e científica de como lidar com coleções.”⁷

Segundo Bruno,

é possível constatar que o conceito de curadoria surgiu influenciado pela importância da análise das evidências materiais da natureza e da cultura, mas também pela necessidade de tratá-las no que corresponde à manutenção de sua materialidade, à sua potencialidade enquanto suportes de informação e à exigência de estabelecer critérios de organização e salvaguarda.⁸

Essa noção, digamos, histórica, da curadoria, ligada à origem latina da palavra que se remete a cura, cuidado,⁹ foi aos poucos ampliada, de modo a abranger o processo curatorial completo e não somente a pesquisa e as atividades mencionadas, que se referem à etapa de salvaguarda da cadeia operatória museológica, mas também à “extroversão das coleções e do conhecimento sobre elas”.¹⁰ Outros autores corroboram essa interpretação do termo, ao afirmarem que a curadoria também “permite a lucidez do exercício do olhar, capaz de selecionar, compor, articular e elaborar discursos expositivos”,¹¹ ou que a curadoria, inclusive em museus de história natural, pode ser vista “como elaboradora e provedora dos discursos e narrativas expositivas”.¹²

Se a tendência nesses museus é uma acepção da curadoria mais ligada à salvaguarda, enquanto nos museus de arte a curadoria parece sempre indissociável da exposição, a ideia de processo curatorial tenta superar essa dicotomia e a figura de um protagonista solo,¹³ o especialista que privilegia somente a comunicação entre pares.¹⁴ A visão do processo curatorial busca estimular um exercício baseado em atividades solidárias,¹⁵ equilibrar as etapas de salvaguarda e de comunicação patrimoniais que lhe são inerentes e percebê-las de forma mais integrada.

Nessa transição para a noção de processo curatorial, que também se torna mais complexo à medida que se adapta aos novos paradigmas de cada campo do conhecimento, destaca-se a transformação do papel de curador/especialista como pessoa que realiza todas as atividades curatoriais em uma equipe interdisciplinar.

Os autores do artigo marcam bem essas transformações de paradigma analisando seu impacto prático no MZ-USP e similares. De um sistema de classificação hierárquica ligada a procedimentos taxonômicos, passando pela incorporação dos pressupostos da teoria da evolução, que conduziu à síntese evolutiva moderna e à mais recente ideia de biodiversidade, fato é que tudo isso contribuiu para uma ampliação avassaladora do que deve ser coletado e preservado, isto é, não mais somente “tipos” considerados “perfeitos”, mas vários traços que remetem a noções de variabilidade e diversidade biológica.

Ora, os desafios decorrentes são estarrecedores e abrangem desde a carência de recursos humanos e financeiros para tratar essa enorme quantidade de material até o esgotamento da área física disponível nos museus, que passaram a ter todos os espaços (mesmo os corredores) ocupados por acervos, apelando para os armários deslizantes compactadores, que por sua vez podem provocar problemas estruturais em prédios despreparados para tanto, e que ainda assim continuam a não ter jamais espaço suficiente.¹⁶

9. Cf. Restrepo Figueroa (2009).

10. Kunzler, Duarte Cândido e Musmanno op. cit., p. 239.

11. Bruno, op. cit., p. 22.

12. Silva (2013, p. 273).

13. Como tratei em meu livro, *Gestão de museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento* (DUARTE CÂNDIDO, 2019), a tradição de curadores responsáveis por coleções, mas que trabalham com grande autonomia, decorrente do alto grau de especialização, chega a gerar, em alguns museus, um sistema documental diferente para cada seção e exposições que não dialogam entre si, o que é problemático do ponto de vista institucional. Nascimento (2015, p. 76), ao analisar procedimentos curatoriais do Instituto Oswaldo Cruz, afirma que “a documentação em museus é uma atividade que geralmente é atribuída à curadoria, que em conjunto com profissionais de diferentes áreas constitui um trabalho interdisciplinar de pesquisa”, mas ao mesmo tempo esclarece o uso do termo curador como pesquisador de coleções. Peter van Mensch (2004, p. 7) identificou os primeiros movimentos de ruptura com essa tradição do profissional curador a partir da criação de departamentos de ação educativa separados, o que foi um primeiro indício de organização mais orientada pela função do que pelas áreas básicas do acervo. A adoção desse modelo organizacional, entretanto, não é uniforme no conjunto dos museus.

14. Cf. Silva e Loureiro (2019).

15. Cf. Bruno, op. cit. e Lima (2007).

16. Note-se a construção de anexos cada vez mais fre-

quente e até mesmo de reservas técnicas externalizadas, afastadas das sedes dos museus, que não raro se localizam em áreas urbanas nobres e são alvo de especulação imobiliária. Um dos novos desafios que se apresentam nesse caso é exatamente manter coesos os procedimentos de salvaguarda e de comunicação patrimoniais, por vezes afastados fisicamente por razões logísticas.

17. Diferentemente das reservas técnicas de museus, elas podem não ter relação alguma com uma instituição museológica, o que é algo ainda não totalmente pacificado entre os profissionais do setor.

18. Como o atendimento a legislações e acordos internacionais específicos.

19. Zaher e Young (2003).

Esses desafios não são exclusivos dos museus de história natural. Podemos facilmente fazer um paralelo com a ampliação da noção de artefato na arqueologia, que provoca igualmente um aumento exponencial do que interessa coletar em campo e preservar, levando a questionar se tudo deve ser musealizado, o que dá origem a soluções chamadas de depósitos de pesquisa em alguns países e, mais recentemente, no Brasil, de reservas técnicas arqueológicas.¹⁷ Tudo isso amplia, necessariamente, a reflexão sobre os critérios de coleta ainda em campo, mostrando a importância de pensar um processo curatorial mais integrado e amplo, pois o potencial de comunicação também passa a ser considerado, ainda que sejam coletados inúmeros fragmentos e vestígios pouco visíveis de sedimentos, pigmentos ou pólen, com fins de estudo e não de exposição.

As cifras que envolvem acervos de história natural são imensuráveis. A preocupação com os custos de incremento do acervo, que é uma constante em todos os museus, atinge outro patamar quando se fala em coleções da ordem dos milhões de itens. No caso do MZ-USP, somente os insetos somam 8 milhões. Esses números tornam necessário pensar com urgência em racionalizar as coleções e sistematizar as políticas de acervos. No entanto, esse tipo de museu trabalha com depósitos legais e outras situações que são regidas por uma complexa legislação que não afeta somente o campo cultural. Sem esquecer suas especificidades,¹⁸ pensemos nos problemas comuns com outros tipos de acervos: os cuidados com o controle ambiental adequado à natureza do acervo, mas adaptados à situação local; a adoção de uma sistemática de documentação comum a toda a instituição e, se possível, compatível com bases de dados mais amplas, sobretudo em tempos nos quais a disponibilização dos acervos para a consulta do público e a integração em rede são cada vez mais imprescindíveis; o estabelecimento de protocolos para inspeção regular dos acervos, com revisão dos inventários e do estado de conservação dos itens da coleção; a necessidade de investimentos vultosos, financeiros e humanos, para atender a todos esses critérios etc.

A exemplo de muitas outras áreas em que se multiplicam as iniciativas de mutualização de acervos ou de informações sobre eles, o artigo informa sobre a participação do MZ-USP no Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira. Esse tipo de ação demanda a digitalização dos acervos, e os autores evocam a descontinuação daquela que estava sendo realizada pela instituição, devido à falta de recursos financeiros. Deveria ser desnecessário falar da importância de investir nesse tipo de projeto, mas vou sublinhar alguns pontos a esse respeito. Em artigo com Josiane Kunzler e Cristina Musmanno, com base em Zaher e Young,¹⁹ afirmamos que havia no Brasil "o maior acervo do mundo sobre

a região neotropical, sendo o Museu Nacional, o Museu Paraense Emílio Goeldi e Museu de Zoologia da USP, os mais ricos em biodiversidade brasileira”.²⁰

Desde então, ocorreu o incêndio no Museu Nacional, em 2018, com perdas irreparáveis, apesar do valoroso trabalho arqueológico de resgate que vem sendo realizado, e, mais recentemente, em 2020, sinistro semelhante no Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Essas lamentáveis perdas tornam ainda mais relevantes os acervos remanescentes, como é o caso do MZ-USP. No caso do Museu Nacional, cabe ressaltar que, de muitas coleções, restaram apenas as informações a seu respeito, em muitas ocasiões ainda dispersas nos computadores de setores ou pesquisadores específicos, o que levou a instituição a priorizar estratégias de sistematização e uniformização de processos curatoriais e de recolha colaborativa e compartilhamento das informações.²¹ Por outro lado, essas perdas também exigem que sejam problematizadas práticas estabelecidas que vão de encontro a uma postura mais institucionalizada, como etapas da curadoria que ainda se baseiam na escolha de um pesquisador ou curador, como o texto em apreciação deixa entrever, ainda que sem analisar a situação.

Contudo, mesmo em um cenário bastante desfavorável às políticas públicas para a ciência, a cultura e o meio universitário, tanto em nível federal como no estado de São Paulo, há algumas notícias alvissareiras.

Na esfera internacional o Brasil acaba de ter aprovada a publicação de sua *Red List* pelo Conselho Internacional de Museus.

As Red Lists apresentam as categorias de objetos culturais mais suscetíveis à comercialização ilegal; são distribuídas gratuitamente para autoridades policiais e alfandegárias de todo mundo e disponibilizadas em formato digital. Desta forma, elas apoiam a identificação de itens que podem estar sendo tirados de seus países de origem sem autorização.²²

A *Red List* do Brasil deverá incluir, entre as categorias em risco, artefatos arqueológicos, acervos paleontológicos e arte sacra. Com o aumento da fiscalização, espera-se que as apreensões se intensifiquem, o que pode representar mais eficiência no combate ao tráfico ilícito de bens culturais, mas também levar à explosão numérica dos depósitos legais, com todos os desafios que decorrerão desse cenário. Teriam nossos museus condições de se antecipar a esse fato, estruturando-se desde já?

No Brasil, malgrado a política de desmonte do setor cultural e universitário, frentes de resistência têm sido organizadas a partir da reflexão coletiva feita em

20. Kunzler, Duarte Cândido e Musmanno, op. cit., p. 237.

21. Cf. Duarte Cândido et al. (2019).

22. Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus (2020).

23. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (2016).

24. Duarte Cândido (2016).

25. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, op. cit., p. 279.

26. Ibid., p. 281.

um Fórum de Museus Universitários, que dialoga por meio de lista de e-mails e se organiza para o sexto encontro em 2021, no Paraná. A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior criou um grupo de trabalho para museus universitários, coordenado pela professora doutora Sandra Regina Goulart Almeida, reitora da UFMG, que sediou a última reunião do fórum, em 2018. Esse grupo de trabalho tem apoio do Instituto Brasileiro de Museus e do Ministério da Educação, com objetivo de elaborar um diagnóstico. A falta crônica de investimentos no setor não é mais responsável somente pela sensação de ameaça e vulnerabilidade, mas por grandes tragédias e perdas inestimáveis de fontes de pesquisa e patrimônio cultural.

Com o objetivo de oferecer parâmetros atualizados para proteger e promover museus e coleções, o Brasil protagonizou a elaboração, negociação e aprovação na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) da *Recomendação referente à proteção e promoção dos museus e coleções, sua diversidade e seu papel na sociedade*.²³ Apesar de a recomendação ser não vinculante, ela foi uma importante atualização do léxico dos documentos da Unesco em relação a museus, incluindo, especialmente, a noção de sua função social, presente desde pelo menos 1972 em documentos do campo dos museus, mas ainda não oficialmente incorporados pela Unesco. Sua aprovação é considerada um dos maiores êxitos diplomáticos no âmbito cultural multilateral em tempos recentes.²⁴

A recomendação considera

que é responsabilidade de cada Estado-membro proteger o patrimônio cultural e natural, tangível e intangível, móvel e imóvel, no território sob sua jurisdição, em todas as circunstâncias, e apoiar as ações de museus e o papel das coleções para este fim.²⁵

Além disso, lembra que

A proteção e promoção da diversidade cultural e natural são desafios centrais do século XXI. Nesse sentido, museus e coleções constituem meios primários pelos quais testemunhos tangíveis e intangíveis da natureza e da cultura humanas são salvaguardados.²⁶

Para tanto, o documento reforça o potencial das tecnologias da informação, afirmando que

Os Estados-membros devem apoiar os museus a compartilhar e disseminar o conhecimento e garantir que os museus tenham os meios para ter acesso a estas tecnologias quando consideradas necessárias para aprimorar suas funções fundamentais.²⁷

Realça ainda o caráter inclusivo dos museus, demandando que as ações sejam pensadas de forma colaborativa entre museus e entre museus e comunidades.

Nos casos em que o patrimônio cultural de povos indígenas esteja representado em coleções de museus, os Estados-membros devem tomar as medidas apropriadas para encorajar e facilitar o diálogo e o estabelecimento de relações construtivas entre estes museus e os povos indígenas com respeito à gestão destas coleções e, onde apropriado, ao retorno ou restituição de acordo com as leis e políticas aplicáveis.²⁸

Nesse sentido, e tendo em vista a preocupação dos autores com a adequação dos procedimentos da instituição à legislação vigente, como aquela “que trata da conservação da diversidade biológica, da utilização sustentável de seus componentes e da repartição justa e equitativa dos benefícios derivados do uso de seus recursos genéticos”,²⁹ seria interessante debater em que medida as populações nativas e povos tradicionais são ouvidos e chamados a participar das decisões sobre coleta e guarda de material biológico, bem como dos benefícios deles derivados.

O trabalho em parceria com esses grupos é cada vez mais necessário. Como alerta Soler,³⁰ o futuro das exposições de museus de história natural passa pela problematização e contextualização, mais do que somente por uma transmissão de saberes construídos na academia. Outras leituras de mundo e das coisas colecionadas devem estar na pauta, e esse é mais um dos aspectos em que a reflexão conjunta entre museus de diferentes tipologias pode ser muito enriquecedora, pois cada um, à sua maneira, a partir de premissas muitas vezes estranhas aos outros porque muito disciplinares, está buscando acessar outras epistemologias nas quais os saberes são muito mais integrados. Os museus, por sua natureza, são organismos propícios ao estabelecimento da ecologia de saberes.³¹ Reunidos, museus de diferentes tipologias formam como que uma recomposição, não do real, mas de interpretações do real que já partem de fronteiras disciplinares distintas, porque a ciência, para existir, divide, categoriza e se esforça por isolar aquilo que na realidade é um todo complexo e formado por conexões. A potência de um projeto que, para falar de produção de conhecimento reconecta aquilo que a universidade em sua tradição ocidental segmentou, é, portanto, inestimável.

27. *Ibid.*, p. 287.

28. *Ibid.*, p. 287.

29. Santos et al (2018 apud BRANDÃO et al, 2021, p. 15).

30. Soler, op. cit.

31. Cf. Santos (2010).

REFERÊNCIAS

FONTES MANUSCRITAS

COMITÊ BRASILEIRO DO CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS. *Brasil terá Red List*. São Paulo: Icom-Brasil, 2020. Mensagem eletrônica.

LIVROS, ARTIGOS E TESES

BRANDÃO, Carlos Roberto Ferreira *et al.* Princípios para a curadoria técnica do acervo entomológico do Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 29, p. 1-20, 2021. Doi: <<https://orcid.org/0000-0002-4689-5845>>.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Definição de curadoria: os caminhos do enquadramento, tratamento e extroversão da herança patrimonial. In: JULIÃO, Letícia; BITTENCOURT, José Neves (orgs.). *Mediação em museus*: curadorias, exposições, ação educativa. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, 2008. p. 16-25.

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. A recomendação da Unesco para a proteção e promoção de museus e coleções. *Musas*, Brasília, DF, n. 7, p. 274-276, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3v3jbvV>>. Acesso em: 4 nov. 2020.

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. *Gestão de museus, um desafio contemporâneo*: diagnóstico museológico e planejamento. Porto Alegre: Padula, 2019.

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. Museus e conhecimento interdisciplinar. *Revista Museu*, [s. l.], v. 1, p. 1, 2009.

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. Apresentação: o destino das coisas e o Museu Nacional. *Ventilando Acervos*, Florianópolis, n. 1, p. 5-17, (set. 2019), 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3xayL9X>>. Acesso em: 6 nov. 2020.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas*: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2000.

HERNÁNDEZ-HERNÁNDEZ, Francisca. *Planteamientos teóricos de la museología*. Gijón: Trea, 2006.

KUNZLER, Josiane; DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria; MUSMANN, Cristina Paragó. Museologia e biologia: interlocuções disciplinares. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, DF, v. 3, n. 5, p. 233-242, 2014. Doi: <<https://doi.org/10.26512/museologia.v3i5.15482>>.

LIMA, Solange. Processo curatorial: metodologias de trabalho. *In*: SEMANA DOS MUSEUS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 5., 2005, São Paulo. *Anais* [...]. São Paulo: USP, 2007. p. 1-13.

MENSCH, Peter van. Museology and management: enemies or friends? *In*: MIZUSHIMA, Eiji (ed.). *Museum management in the 21st century*. Tokyo: Museum Management Academy, 2004. p. 3-19.

NASCIMENTO, Danielle Cerri do. *O olhar da museologia para as coleções biológicas: o estudo de caso da Coleção Entomológica do Instituto Oswaldo Cruz*. 2015. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Recomendação referente à proteção e promoção dos museus e coleções, sua diversidade e seu papel na sociedade. *Musas*, Brasília, DF, n. 7, p. 277-291, 2016.

RESTREPO FIGUEROA, Juan Darío. *Curaduría en un museo: nociones básicas*. Bogotá: Ministerio de Cultura, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Descolonizar el saber, reinventar el poder*. Montevideo: Trilce, 2010.

SILVA, Mauricio Candido da. *Musealização da natureza: exposições em museus de história natural como representação cultural*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Doi: <<https://doi.org/10.11606/T.16.2013.tde-27012014-110902>>.

SILVA, Sabrina Damasceno; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Museus de história natural, dispositivos curatoriais e informação: diafanizações de uma “ordem natural”. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 133-146, 2019. Doi: <<https://doi.org/10.1590/1981-5344/3147>>.

SOLER, Maria Galera. *Biodiversidade musealizada: formas que comunicam*. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Ciência) – Universidade de Évora, Évora, 2019.

ZAHER, Hussam; YOUNG, Paulo. As coleções zoológicas brasileiras: panorama e desafios. *Ciência e Cultura*, Campinas, v. 55, n. 3, p. 24-26, 2003.

Artigo apresentado em: 09/11/2020. Aprovado em: 30/11/2020.



All the contents of this journal, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution License